



Diário da Sessão n.º 009 de 17/03/05

Presidente: Vamos prosseguir com os nossos trabalhos.

(Eram 24,00 horas)

Srs. Deputados, vamos passar ao ponto seguinte da Agenda da Reunião - **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Proposta de Resolução - “Infestação de térmitas de madeira seca “cryptotermes brevis” em edificações na Região Autónoma dos Açores”**, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

(*) Deputada Carla Bretão (PSD): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Proposta de Resolução sobre a situação da praga das térmitas tem por base, por um lado, a urgência na tomada de acções concretas nesta matéria, pelo tempo que já passou desde a sua identificação e, por outro, a preocupação de que este problema que hoje tem uma determinada dimensão, será tanto maior quanto mais for protelada a sua resolução.

Pelas características particulares que assume, e na boca, digamos assim, dos especialistas, constitui neste momento uma praga urbana na cidade de Angra do Heroísmo e é considerada a pior espécie de térmita do planeta.

Obrigado.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): É a pior a seguir aos socialistas!

Presidente: Continua aberta a discussão sobre o pedido de urgência.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

(Pausa)

Parecendo não haver mais intervenções, vamos passar à votação deste pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à Proposta de Resolução - **“Infestação de térmitas de madeira seca “cryptotermes brevis” em edificações na Região Autónoma dos Açores”**, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

Deputada Carla Bretão (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em Agosto de 2003 foi encomendado um estudo pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo (CMAH) á Universidade dos Açores (UA) que visava a apresentação de um Plano de combate à praga das térmitas.

Em sequência, foi entregue pela UA em Julho de 2004 um relatório de determinação da distribuição e abundância de térmitas nas habitações do Concelho de Angra do Heroísmo. O mesmo concluía que 43% das casas visitadas (excluindo edificios públicos) estavam afectadas por esta praga e 50% destas apresentavam um nível de infestação severo ou mesmo de destruição.

Para além disso moradores de Ponta Delgada já denunciaram por diversas vezes a existência de tal praga no centro histórico daquela Cidade, e a mesma situação também foi identificada na cidade da Horta.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Perante este cenário e uma vez que há cerca de três anos a Região tem conhecimento desta situação, e digo há três anos, porque no ano 2002 foi solicitado e posteriormente entregue um parecer do entomólogo Professor Paulo Borges sobre a situação grave da Delegação da Assembleia Legislativa da RAA na Ilha Terceira. Achamos, por isso, que já passou tempo mais do que suficiente para serem tomadas medidas concretas de controlo, coordenação e gestão desta situação.

É imperativa a intervenção pública no sentido de orientar as populações para as medidas de actuação mais eficazes, tratando-se de uma praga urbana que neste momento afecta uma grande parte das populações dos centros históricos de algumas das nossas cidades e que poderá afectar todas as ilhas dos Açores. Logo exige-se a definição de regras, segundo as quais os cidadãos afectados se possam orientar.

São necessárias medidas concretas ao nível do combate, controlo e prevenção da praga e de intervenção imediata ao nível da reparação dos edifícios infestados.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quantas pessoas viverão neste momento em casas cujas estruturas estão extremamente danificadas sem o saberem? Estruturas essas que poderão cair a qualquer momento! Esta, é uma realidade que já aconteceu na cidade de Angra, felizmente sem vítimas. Uma grande parte da população não tem efectivamente noção real da dimensão do problema. O adiar de soluções e de medidas certas podem estar a induzir em erro uma faixa, menos atenta da população, quanto à urgência da situação.

Aquando de uma Palestra, em Angra do Heroísmo, do reputado especialista norte-americano - Professor Timothy Myles...

Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*): Canadiano.



A Oradora: ... - em Março de 2003, foi dado o alerta de que estávamos perante a pior espécie de térmitas de madeira seca no planeta, e uma das espécies mais espalhadas pelo mundo, dada a sua facilidade de deslocação em objectos de pequeno porte. Logo aí, a questão assumia uma dimensão regional que foi simplesmente ignorada.

Como pôde haver uma demissão das autoridades regionais, quando melhor que ninguém deveriam conhecer o nosso sistema de transporte de ilha para ilha?

O alerta foi claro. Quando não se consegue fazer uma fumigação e a devastação é severa, a substituição das madeiras é o mais viável.

Mas, muito mais foi dito e ignorado pelas entidades com responsabilidades públicas, desde logo a necessidade de revisão de diversa legislação, não só das edificações em cidade classificada; edificações de interesse público; como também de controlo fitossanitário, quase inexistente e muito permissivo. Enfim revisões que já deveriam estar em marcha a par de todo e qualquer estudo ou investigação que estivesse ou esteja a ser desenvolvido.

A identificação do problema era precisa e foi feita. Agora importa agir de facto e não apenas fingir que se faz.

Conhecida a situação, a única medida concreta que conhecemos foi o ansiado reconhecimento da dimensão regional do problema, em Setembro de 2004, com a aprovação, em Conselho de Governo, de uma resolução que criou um Grupo de Missão com a finalidade de estabelecer um programa de combate às Térmitas nos Açores e de coordenar as acções necessárias à sua execução.

Mas, com a criação deste grupo de missão e pela sua própria composição nunca lhe poderiam ser atribuídas algumas das funções previstas na dita



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Resolução, como por exemplo: a realização de inspecções fitossanitárias; o funcionar como centro de informação e apoio ao público; a realização de inspecções a moradias.

O próprio grupo de missão sempre se assumiu desde a sua constituição como um órgão meramente consultivo, cujo trabalho se cingia à apresentação de propostas de solução nesta matéria.

Sabiam que não podiam, nem era prudente, levar a cabo tal missão descuidadamente imposta pelo Governo. A diversidade e natureza das acções a desenvolver, a coberto de diferentes áreas de competência do Governo Regional não se resolve criando um grupo com representantes de quase todas as Secretarias. Resolve-se, sim, com a criação de um Gabinete específico que assuma a coordenação e gestão deste projecto em articulação directa com os vários departamentos competentes e com as Câmaras Municipais.

É, sem dúvida alguma, necessária a tomada de medidas concertadas entre organismos públicos e privados, para que todos possam tomar parte da sua resolução segundo orientações e decisões das autoridades regionais.

Aqui e ali vão surgindo notícias com pouca consistência, como a criação de um gabinete municipal que nunca funcionou, a promessa da abertura de uma linha de crédito bonificado até final de 2004 cuja proposta de decreto legislativo regional apareceu apressadamente há dois dias atrás e medidas efectivas avançadas por um grupo de missão que o Governo Regional parece não levar a sério.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A par do efeito de destruição da térmita de madeira seca e a identificação de elevados níveis de infestação severa ou de destruição, que ameaçam a própria habitabilidade da cidade Património Mundial e para além da sua



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

identificação na cidade de Ponta Delgada, onde a situação também é muito grave, e na cidade da Horta; não deixa também de ser preocupante a identificação da existência de alguns casos de térmitas de madeira viva em oliveiras, nespereiras e árvores de jardim que podem ser uma potencial praga das vinhas. Esperamos que pelo facto dos casos identificados serem poucos não negligenciem e esqueçam de também prevenir tal situação, a bem da nossa Vinha do Pico, classificada como Património da Humanidade.

O Partido Social Democrata desde 2003 que vem alertando para esta situação, tendo mesmo avançado com propostas concretas para a sua resolução em Agosto de 2004.

O Grupo Parlamentar do PSD sempre encarou o problema com a gravidade que ele tem, ao mesmo tempo que defende a necessidade imperiosa de haver medidas eficazes que cheguem aos cidadãos afectados e que em quase três anos não surgiram ainda.

Esperamos que este problema seja assumido como uma causa de todos e não apenas daqueles que sentem nas suas casas esta calamidade. Só quando for encarado como uma causa da comunidade, entidades públicas e privadas, com o sentido de que nos pode afectar a todos, é que serão dados passos efectivos para solucionar um problema que hoje tem uma dimensão que será tanto maior quanto mais for protelada a sua resolução.

Os cidadãos anseiam por medidas urgentes, concretas, eficazes e acima de tudo sérias que permitam ajudar a resolver o seu problema. A criação de apoios financeiros tem de ser visto como um complemento a uma diversidade de medidas que têm um alcance muito maior que o breve mediatismo do seu anúncio. E assim pergunto: serão dados apoios sem se definir que materiais utilizar em sede de Zona Classificada? Serão



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

concedidos apoios sem prevenir o transporte e queima da madeira? Serão concedidos apoios sem acompanhamento adequado às intervenções?

Serão concedidos apoios sem obrigar à utilização de madeiras tratadas?

Serão concedidos apoios sem cuidar do tratamento de móveis e outros objectos de fácil transporte e que poderão estar afectados?

Se pensam que a questão desta praga urbana se resume a uma listagens de apoios a conceder. Se a prioridade é apenas esta!? Então não conhecem ou não querem admitir a verdadeira dimensão do problema. Os cidadãos esperam muito mais.

Em suma e para finalizar: o problema existe, é conhecido há alguns anos, a dimensão está identificada, o Governo até agora não tomou as medidas necessárias, a não ser anúncios e promessas.

Já passou o tempo de se ficar apenas e só pelos estudos e diagnósticos, importa agora ir mais além e agir em conformidade com a gravidade da situação.

Disse

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e PP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*) Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Dado que a hora propicia a isso e o tema térmitas é extremamente aliciante, irei fazer uma exaustiva e profunda explicação da matéria em análise.

Deputado Mark Marques (PSD): Não está a brincar, pois não!?

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não brinque com coisas sérias.



O Orador: Entenda como quiser.

A infestação de térmitas de madeira seca é um problema grave...

Deputado Mark Marques (PSD): Mas falou no adiantado da hora, o que ficou mal!

O Orador: ... que urge ou urgia conhecer e combater. Para o efeito teriam de existir necessariamente dois momentos diferentes, um momento de estudo, de análise e de definição de medidas de combate e um momento posterior de tomadas de medidas de iniciativas conducentes à resolução do problema e ao apoio às famílias cujas habitações estão afectadas por esse mesmo problema.

No primeiro momento do estudo de análise e de definição de medidas de combate, o Governo Regional criou por Resolução, tal como referiu a Sra. Deputada, um grupo de missão que definiu uma estratégia de combate às térmitas e, no seguimento do trabalho desse grupo de missão, que integrou várias entidades, incluindo a Universidade dos Açores e as Câmaras Municipais, cujos concelhos estavam mais afectados, Angra do Heroísmo, Ponta Delgada e Praia da Vitória, entidades fundamentais para a resolução deste problema, dado que são as autarquias que irão aprovar todos os projectos que apareçam de reabilitação destas habitações afectadas, o primeiro trabalho foi concluído e da sua conclusão resulta um segundo momento que é a produção de matéria legislativa que defina em concreto os apoios a atribuir para a recuperação dessas habitações e esse segundo momento também já existiu, porque o Governo Regional já entregou nesta casa uma Proposta de Decreto Legislativo Regional que visa exactamente esse tipo de apoios e a resolução desses problemas.

Portanto, a Proposta de Resolução, apresentada pelo PSD, no que diz respeito à criação de um grupo de trabalho é extemporânea. Esse grupo já



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

existiu, já produziu o seu trabalho, os resultados já são conhecidos e as medidas a que deram origem também já foram entregues nesta casa e têm em conta algumas das questões aqui levantadas, pelo que esta proposta é extemporânea, não faz qualquer sentido neste momento e não terá a nossa aprovação.

Deputado António Ventura (PSD): Mais uma sem sentido.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

(*) Deputada Carla Bretão (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Primeiro para fazer uma rectificação a uma nota que o Sr. Deputado Lizuarte Machado deixou.

A Universidade dos Açores, de acordo com a resolução criada, não fazia parte do grupo de missão e foi chamada a fazer parte por entendimento dos representantes que faziam parte desse grupo.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Fez parte ou não fez?

A Oradora: Mas não fazia parte. Fez parte, mas não foi pela resolução. Esta é a primeira nota que quero aqui deixar.

A segunda nota é que até este momento não foram tomadas medidas como o Sr. Deputado acabou de dizer.

Foi criado o grupo de missão que criou um plano de actuação que até agora não viu a luz do dia. Até este momento nós não conhecemos as linhas gerais de actuação desse trabalho final e já que falou nele, gostava de lhe perguntar em que é que consiste?

Deputada Maria José Duarte (PSD): *Muito bem!*

A Oradora: Era esta a pergunta que eu gostava de aqui deixar, porque eu não conheço essas linhas de actuação.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Vai conhecer!



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

A Oradora: É capaz de me responder?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) Deputado Jorge Macedo (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A declaração do Sr. Deputado Lizuarte Machado vem na linha do que foi o comportamento da bancada do Partido Socialista em toda esta sessão legislativa.

O Partido Socialista em todas as propostas apresentadas pela bancada do PSD tinha dois comportamentos: ou isso vai ser feito ou isso é extemporâneo, porque não sabemos bem porquê extemporâneo.

Quando a Sra. Deputado Carla Bretão e o Grupo Parlamentar do PSD trazem a esta casa esta Proposta de Resolução, pretendem única e exclusivamente, coisa que, perdoem-me a expressão, julgo que não é esse o entendimento dos vosso espírito, que deixe de haver reacção e passe a haver acção.

Novamente se verifica que, face a iniciativas do Grupo Parlamentar do PSD, o Partido Socialista vem a reboque, ou seja, depois de nós levantarmos o problema, depois de nós querermos que o problema seja bem caracterizado e se tomem medidas para agir, o Sr. Deputado Lizuarte Machado anunciou que vai dar entrada nesta casa uma Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Srs. Deputados do Partido Socialista, esse comportamento, recorrente ao longo de toda esta sessão legislativa, denota ao limite uma postura que não dignifica nem o vosso Grupo Parlamentar, nem dignifica esta casa.

Deputada Maria José Duarte (PSD) *Muito bem!*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

O Orador: Nós, com esta Proposta de Resolução, não queremos mais do que fazer com que os açorianos, que não sabem eventualmente que têm casas com problemas, possam ser alertados para tal.

Nós queremos também que o Governo Regional possa ser o elo catalizador, descentralizando e tendo a colaboração das autarquias e de outros parceiros, numa luta que não é uma luta para assobiar para o lado, não é uma luta para fingir que o problema não existe, é uma luta que existe e que exige medidas e essas medidas mais uma vez são rejeitadas pela bancada do Partido Socialista.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Jorge.

(*) Deputado Jaime Jorge (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se até aqui todos aqueles que ouviam pela primeira vez falar de térmitas, pensavam nesta praga como uma praga urbana, com as preocupações que a todos nos traz, a Deputada Carla Bretão traz-nos, na sua intervenção, um aspecto novo que não deixa de ser menos preocupante, que é a existência e a detecção, pelo menos na Terceira, de uma subespécie que se alimenta de madeira viva e que já foi encontrada em árvores de fruto e em árvores de jardim.

Isto não deixa de nos fazer pensar aqui noutra potencialidade para outras ilhas, designadamente para aquelas ilhas que têm tradição de produção de frutos, designadamente as videiras, no caso concreto da Paisagem Protegida como Património Mundial da Vinha da Ilha do Pico.

Eu penso que a preocupação aqui neste diploma deve ser não só resolver os casos encontrados com a aplicação de subsídios e de apoios para a resolução destes problemas, mas também encontrar um conjunto de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

soluções que tentasse minimizar e debelar este problema. Já que não é possível eliminá-lo e irradiá-lo, seria essencial tentar, talvez, circunscrevê-lo aos sítios onde ele já apareceu, porque não há dúvida nenhuma que estas duas vertentes, estas duas formas de propagar estas pragas, se um dia vierem a alastrar a toda a Região Autónoma dos Açores, há, de facto, aqui a possibilidade de aparecerem prejuízos incalculáveis, quer no nosso património urbano que utiliza nas suas estruturas, como toda a gente sabe, muitos componentes de madeira, como também nas fruteiras e videiras da nossa Região.

Muito obrigado.

Deputado Jorge Macedo (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Da parte do Governo Regional em relação a esta matéria e a esta Proposta de Resolução, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, pelas intervenções que me antecederam e pelas considerações que aí foram tecidas, gostaria de referir o seguinte:

Em primeiro lugar, a intervenção do Sr. Deputado Jorge Macedo, quando diz que é na sequência de iniciativas do PSD que o PS e o Governo vão a reboque, faz-me lembrar aquela expressão que é: “o galo continua a repensar que é por cantar que o sol nasce”. Penso que se aplica, na perfeição, à sua intervenção.

Quero dizer que não é verdade que o Governo Regional esteja a ir a reboque de quem quer que seja, porque esta não é a preocupação do Governo Regional.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Também quero aproveitar para dizer à Sra. Deputada Carla Bretão que a proposta não surge apressadamente. Aliás, o Governo Regional desenvolveu nesta matéria, conforme muito bem referiu e que também foi referido pela intervenção do Sr. Deputado Lizuarte Machado, uma estratégia que passou pela constituição de um grupo de missão que tinha, de entre as suas funções, a definição daquilo que deveria ser a estratégia a seguir, tendo não apenas em vista a questão dos apoios financeiros, mas numa perspectiva mais vasta, quais as acções e em que termos deveriam ser tomadas pelo Governo Regional no sentido de se fazer face a esta questão.

Este grupo de missão apresentou o seu relatório em finais do ano passado e deste relatório consta um conjunto de iniciativas, umas que já estão executadas e que foram públicas, foram divulgadas na comunicação social, nomeadamente estou a recordar-me, por exemplo, de acções de formação para técnicos nesta matéria, por forma a permitir dotá-los dos conhecimentos que podem ajudá-los na detecção e no aconselhamento.

Há um processo que também está em curso e que tem a ver com a elaboração do manual de procedimento sobre esta questão, tendo em vista exactamente dar um conjunto de orientações sobre esta matéria e sobre a melhor forma de lidar, quer do ponto de vista de detecção, quer do ponto de vista de tratamento, com desta praga. Este é um dos processos que está em curso.

Existe um conjunto de outras matérias que o Governo Regional, no último Conselho do Governo, aprovou, designadamente uma Proposta de Decreto Legislativo Regional, que se não deu entrada, entrará brevemente nesta casa, e que consubstancia em si também um conjunto de actuações e de princípios sobre esta matéria, em algumas partes até vai mais além do que



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

aquilo que é a proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD e para lhe dar apenas um exemplo nesta questão dos apoios financeiros, em que da proposta do PSD e nomeadamente uma referência que faz aos cidadãos que tenham sido afectadas por esta praga, se infere que seriam efectivamente os cidadãos que teriam o direito a esses apoios, adiantando que a proposta do Governo, porque já é pública, vai mais além, permitindo o apoio também a pessoas colectivas, não esquecendo aquilo que poderá ser um contributo fundamental para, por exemplo, associações sem fins lucrativos, clubes que têm sede, algumas delas mais antigas, podem efectivamente recorrer a este apoio. Esta é uma ideia de abrangência que me parece também importante realçar.

Quero também dizer que desta Proposta de Decreto Legislativo Regional constam algumas medidas que não se circunscrevem apenas a esta questão dos apoios financeiros e que têm a ver com a definição, a propósito dos apoios financeiros, duma metodologia de detecção e de tratamento destes casos que radica ou que se alicerça numa perspectiva global.

Nós temos consciência que, pura e simplesmente, eliminar assim a praga não é possível, mas de qualquer das formas, dentro daquilo que é uma estratégia integrada de abordagem em relação a este assunto, há da parte do Governo Regional, nesta Proposta de Decreto Legislativo Regional, a consagração de um conjunto de medidas que, em relação às quais, é assumido o papel que as Câmaras Municipais têm necessariamente que ter nesta matéria. Aliás, temos já exemplos daquilo que pode ser, tanto o papel importante duma câmara municipal e de colaboração, como é o caso da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, como também temos o exemplo daquilo que poderá ser alguma resistência a actuar sobre essa matéria, em relação a outras câmaras municipais.



Quero dizer também que, em relação a esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, existem aspectos que também estão consagrados, nomeadamente aqueles que dizem respeito mais uma vez...

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, será que estamos a assistir a apresentação de alguma proposta do Governo?

O Orador: Se os senhores quiserem eu posso calar-me. Penso que isto ajuda ao debate.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Se nós tivéssemos acesso à proposta do Governo, facilitava.

O Orador: Mas nós não estamos a discutir a proposta do Governo.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Parece!

O Orador: Estamos a falar do problema.

Existem, por exemplo, os outros aspectos que já estão resolvidos nessa sede e que têm a ver com a possibilidade de se contemplar o apoio às pessoas que já fizeram intervenções nas suas moradias e que o tiveram que fazer em virtude dessa praga.

Isto serve para dizer que existe uma diferença fundamental e daí a razão da opinião que o Governo Regional tem em relação a esta Proposta de Resolução no sentido de que ela não deve ser aprovada.

A Proposta de Resolução radica numa determinada abordagem que não é a abordagem que o Governo Regional quer e já está a fazer em relação a esta matéria, porque, em primeiro lugar, está ultrapassada, por exemplo, nesta questão dos apoios financeiros, na contemplação de pessoas singulares e de pessoas colectivas, na questão de contemplar aquelas intervenções que já foram feitas em virtude desta matéria e na chamada à participação das câmaras municipais ou noutras situações.

Não é este o caminho que o Governo Regional entende que deve seguir.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

A criação de um gabinete de combate às térmitas, nos termos em que está formulada nesta proposta, constitui, na perspectiva do Governo, salvo o devido respeito, colocar-se mais uma peça na engrenagem que, na fase em que está definido e na fase em que o Governo já cumpriu e está a cumprir a estratégia que tem definida para a solução deste problema, só viria a atrasar esta situação.

É uma opção possível, não corresponde à opção que o Governo Regional tem e à forma como o Governo Regional entende que pode otimizar recursos e meios que tem, sem a necessidade de criar mais uma estrutura sobre essa matéria.

Há intervenções fundamentais nesta questão, quer do ponto de vista da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, quer do ponto de vista da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, quer do ponto de vista da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar.

Esta articulação está já em funcionamento em virtude do relatório do grupo de missão, daí mais uma vez a utilidade de ter os representantes de quase todas as Secretarias e permite que o processo esteja num estágio de andamento que, sinceramente, não me parece que a Proposta de Resolução venha acrescentar algo mais neste momento, bem pelo contrário, porque a criar-se um gabinete implicaria recuarmos a uma fase de luta contra o combate a este problema que, na perspectiva do Governo, já está ultrapassado.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Um contributo para este debate que me parece que é um debate sobre um assunto importante e que tem a ver com as condições de vida das pessoas e com situações de grande gravidade que podem afectar as suas vidas.

Tanto quanto é do meu conhecimento, o problema desta praga foi identificado nos Açores há cerca de três anos. Mas só em Agosto do mês passado o Governo Regional constituiu um grupo de missão e agora, em Março de 2005, é que se dá corpo à primeira legislação para enfrentar este problema, tanto quanto me apercebi, num aspecto específico que é o aspecto dos apoios às pessoas afectadas pela praga.

O testemunho que eu queria dar é, sobretudo, em relação ao que se passa aqui na cidade da Horta.

Aos anos que se conhece, e que o Governo Regional também conhece, o problema nos Açores – vai para cerca de 6 anos que é conhecido e há três que a praga está identificada – é inaceitável que ocorreram factos como os seguintes.

Em Junho de 2004 eu coloquei na Câmara da Horta este problema e perguntei ao Sr. Presidente se conhecia na Horta algum caso. A resposta foi que não.

Em Novembro de 2004, um proprietário desta cidade, afectado por aquilo que ele não sabia bem o que era, mas suspeitava, porque a comunicação social regional começou a dar eco deste problema, diz que - isto é noticiado no jornal do dia 10 de Novembro de 2004 - procurou informar-se junto dos Serviços de Desenvolvimento Agrário relativamente aos insectos que encontrava em casa, tendo mesmo levado consigo alguns exemplares.

Na altura, a resposta foi que não se estava na presença de térmitas.

Este proprietário não satisfeito com a resposta, dirigiu-se à Universidade dos Açores e uns meses depois os mesmos bichinhos que os Serviços de



Desenvolvimento Agrário disse que não eram térmitas, acabaram por ser térmitas.

Mas o mais grave é que o proprietário diz que a principal dificuldade que encontrou foi a falta de informação. Dirigiu-se a várias instituições na cidade da Horta, desde Câmara Municipal, Serviços de Desenvolvimento Agrário e outras instituições, e ninguém sabia dizer sequer onde é que ele se havia de dirigir para que lhe dissessem qual o problema que ele tinha em casa, o que era, e se era ou não térmitas.

Portanto, isto revela bem, ao fim de três anos, a forma como este problema foi tratado pelo Governo Regional e como não colocou sequer no terreno um dispositivo mínimo que, já não digo que combata o problema, pelo menos, informasse as pessoas.

Ora, em Novembro de 2004, os vereadores do PSD na Câmara da Horta apresentaram uma proposta que acabou por ser aprovada, embora com algumas abstenções de alguns vereadores que não estavam convencidos da gravidade do problema, mas a verdade é que 15 dias depois o Sr. Presidente da Câmara foi convocado para uma reunião desse grupo de missão e quando chegou disse que estava agora convencido da gravidade do problema.

E mais:

Que das informações que tinha achava que se o problema na cidade da Horta viesse a ter a gravidade que se poderia eventualmente suspeitar, estávamos, nesta cidade, com efeitos piores que o de um sismo.

Ora, três anos depois de estar identificado um problema, deixa-se chegar ao ponto que isto chegou e que estes testemunhos aqui revelam.

Outra questão que me parece ser importante é que em vez de, simultaneamente com outras medidas, que são importantes tomar ao nível



do estudos, porque não se pode combater nada sem se ter estudado, se procurar circunscrever o problema às ilhas que já se sabia de antemão que estavam identificadas como afectadas, nada se fez e a verdade é que hoje ninguém garante que o problema já não esteja espalhado pelas nove ilhas dos Açores.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): O senhor sabe como é que se espalha uma térmita?

O Orador: Basta levar num objecto exemplares vivos de uma ilha para a outra e vou só dar-lhe um exemplo, para o senhor não estar a dizer que não com a cabeça. Eu vou explicar para o senhor perceber o problema com que estamos a lidar, porque parece que o senhor não percebeu da sua gravidade.

Eu vou só dar este exemplo para verem que, ao fim de três anos, numa área que era fundamental agir para procurar circunscrever o problema nas ilhas em que já estava identificado, nada se fez e este problema espalhou-se de ilha para ilha.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): O senhor sabe em que mês é que as térmitas se espalham?

O Orador: Eu não vou estudar a biologia das térmitas. O senhor trate disso noutra sítio.

Ora, em vez de se procurar circunscrever o problema nas ilhas em que ele já existia, não se fez isso e vou dar-lhe um exemplo que aconteceu há pouco tempo para se ver o ponto a que isto chegou.

As empresas que estão a fazer a reconstrução das Igrejas do Faial adquiriram madeira, para os tectos das Igrejas, na Ilha Terceira e essa madeira chegou à Ilha do Faial pronta para ser colocada no tecto das Igrejas. Isso só não aconteceu, porque, de imediato, a empresa de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

fiscalização, exorbitando as suas funções, entendeu, por suspeitas que teve nalgumas das tábuas que chegaram, primeiro fazer uma vistoria à madeira e tratá-la.

A forma como isto é possível acontecer nos Açores e a forma como se deixou que isto fosse possível que acontecesse nos Açores, ao fim de três anos da praga estar identificada, mostra bem que, da facto, os senhores andaram a dormir sobre o problema.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em conclusão, estamos perante um problema que é urgente enfrentar. Muito do que se fizer neste momento, infelizmente, já vem tarde e os senhores estão satisfeitos, porque agora, ao fim de três anos e meio, dizem que vão ajudar as pessoas que têm os problemas, mas ficam, como se vai provar neste debate, muitos outros problemas por resolver, infelizmente para as pessoas que apanharem com este problema nas suas casas.

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

(*) Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Presidência, Vasco Cordeiro:

O sol nasceu mais cedo para se antecipar ao cantar do galo. Acho que é a conclusão óbvia nesta fase do debate.

Foi o milagre do sol antecipar o seu nascimento, embora a luz seja nula, porque, pelos vistos, ninguém conhece os efeitos nem a dita iniciativa legislativa.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

O Sr. Secretário Regional usou uma técnica que é velha como a Salva Rainha, que é efectivamente o poder que o executivo tem de se antecipar, tentando esvaziar iniciativas que surjam nesta Assembleia.

Eu digo com toda a sinceridade: eu dou graças a Deus por o CDS/PP, nesta sessão, não ter apresentado recomendação nenhuma, porque era trabalho perdido.

No caso em apreço, queria felicitar a Deputada Carla Bretão pela forma que deu à sua intervenção, aos testemunhos aqui já dados e o último dos depoimentos aqui apresentado pelo Deputado Costa Pereira, julgo que nos deixou aterrorizados.

Estes testemunhos são bem demonstrativos de que se perdeu muito tempo.

Eu queria dizer de forma muito clara da consciência que temos da gravidade da situação e da sua complexidade.

Eu, sinceramente, não invejo a posição do Governo.

Nós estamos de facto, e eu já tinha aqui anotado o termo, perante uma catástrofe com características previamente conhecidas, que é o que não acontece em geral, infelizmente, nas catástrofes que temos nos Açores.

Ela foi previamente conhecida, é de muito difícil combate por aquilo que se percebe e se sabe, por aquilo que se ouve dos técnicos, pela angústias dos sinistrados e, portanto, quero que entendam que os comentários que o CDS/PP faz sobre esta matéria não são críticas destrutivas sobre a acção do Governo, porque, pelos exemplos que já foram aqui dados, não vai ser fácil enfrentar a situação que temos.

Pensávamos que isto existia só numa zona de Angra, mas isto foi andando e foi-se demonstrando a gravidade do problema e agora já se fala nessas outras ilhas.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Diz-se que isto é um problema urbano e eu aceito que é urbano no sentido do prédio urbano face ao prédio rústico, nessa classificação clássica, porque toda a casa do Açores, que é prédio urbano, penso que está ameaçada se tiver madeiras, mas eu não sou técnico.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Se lesse os estudos técnicos ficava esclarecido.

O Orador: Sr. Vice-Presidente, eu já li coisa bastante para estar em pânico e então se lesse o que o senhor já leu nem sequer estava aqui. O que me admira é o senhor ainda estar aqui depois de ter lido o que leu. Eu gabo-lhe a sorte.

Se o senhor está sereno e até aparentemente bem disposto perante uma situação destas, é porque deve conhecer muito bem a proposta do Governo. Nós é que não a conhecemos.

Eu também serei o primeiro aqui a reconhecer, se não tiver capacidade de dar melhor contributo, que a proposta do Governo terá o nosso apoio sobre essa matéria.

Esta iniciativa do Partido Social Democrata, que já tem aqui uns dias, - sinceramente não sei se é perfeita, presumo que não será - é um contributo e foi assim que entendi, porque não havia outro e até ao dia de hoje não existe e o que eu lamento, como democrata, sob este ponto de vista, é que esta Assembleia está a mostrar-se inflexível e desculpem-me os Deputados do Partido Socialista que o diga.

Eu não vejo nenhum mal nisto, e penso que o Governo também, se entendêssemos isto como um contributo, porque isto por si só não resolve nenhum problema, Santo Deus! Agora, é um contributo.

A noção que eu tenho é que nós vamos passar todos por situações muito difíceis a todos os níveis, se calhar também com consequências



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

orçamentais, para satisfazer a ansiedade dos nossos concidadãos. Isto é gravíssimo.

Eu, na nossa Assembleia Legislativa Regional, uma entidade com responsabilidades, porque é a casa de todos nós, na nossa delegação em Angra do Heroísmo, tinha por cima de mim dois problemas: um era o Dionísio de Sousa e o outro eram as térmitas.

(Risos das bancadas do PS e do PSD)

O Orador: Do Dionísio vi-me livre, mas das térmitas não. Isto é dramático.

Nós só tivemos conhecimento disso, um ano depois de termos uma obra adjudicada.

Ora, se isto aconteceu connosco e isto acontece com o órgão máximo da Autonomia dos Açores que estava infestado...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O órgão máximo não, a madeira do órgão máximo!

O Orador: A madeira do órgão máximo.

A hora tardia da noite, e ainda bem que é assim, permite-nos também alguma quebra do ambiente próprio duma discussão desta gravidade.

O Partido Socialista já declarou, é assunto arrumado, que vai chumbar esta iniciativa.

O CDS/PP, apesar de tudo, vota a favor neste espírito de que acha que esta iniciativa era um contributo e votava se a iniciativa fosse do Partido Socialista ou de outro qualquer.

Vamos aguardar que o Governo apressadamente, porque teve que se apressar por causa disto, apresente a sua iniciativa.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Uma coisa quero deixar clara: politicamente lamento o facto de que a maioria parlamentar da Assembleia esteja nessa onda. Acho que não se ganha nada com isso, pelo contrário acho que é uma má imagem perante os nossos concidadãos e até pela insegurança, porque há muita gente que está aflita sem razão de ser, felizmente, porque ainda não foi vítima dessa praga.

A insegurança está instalada e acho que o que o povo devia ter desta Assembleia era uma resposta de unidade, uma resposta de garantia de que o que estiver ao nosso alcance, vai fazer tudo o que puder e souber para resolver o problema. Eu acho que as pessoas só querem ouvir isso e não querem saber se é o PSD, se é o CDS, se é o PS, porque julgo que, nessa matéria, se aplica perfeitamente esse princípio. Há outros que apregoam que, se calhar, não é bem assim, mas neste aplica-se.

Portanto, eu estou temendo pela situação e acho que qualquer cidadão consciente desta Região está com o mesmo grau de preocupação e de insegurança.

Vão dar-se apoios financeiros? Qual é o impacto disso? O Governo tem, neste momento, ideia dos prejuízos causados no património urbano por essa praga? Tem alguma ideia de quantos milhões serão necessários, como foi lembrado por um Presidente de Câmara, pessoa responsável por aquilo que diz, que admite, talvez simbolicamente, que no Faial, que nem sequer aparentemente é problema, só os mais conscientes é que o têm, podia ter maior efeito do que teve o sismo?

Srs. Deputados, estamos aqui a falar duma coisa seriíssima.

Congratulo-me pelo debate e penso que todos nós, eu pelo menos tive esse privilégio, falámos deste problema com a profundidade possível a esta hora e dada a matéria, mas lamento sairmos daqui, porque uma Proposta de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Resolução não passe de recomendação, sem nada nas mãos, porque o Governo não quis começar a perder o jogo por 1-0 que depois ganharia por 3-1, mas teve medo do primeiro pontapé formal vir dum partido da oposição.

Vamos ficar a aguardar e oxalá que esse tipo de falta de consenso e de entendimento numa questão destas não penalize a necessidade de convergência que temos que ter nessa matéria.

Nós vamos passar horas nesta casa ao lado do Governo a apoiar, a admitir que o problema é de difícil solução, a estar sensíveis às propostas financeiras que o Sr. Vice-Presidente vai ter que fazer, a duvidar se elas vão ser eficientes e a ter que envolver outras entidades nesta questão. Isto vai ser um problema muito grande. Oxalá que eu esteja enganado.

Acho que esta é a pior maneira para resolver um problema destes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A questão das térmitas é um problema, é uma situação que deve ser encarada de frente e se me permitem ter alguma legitimidade para falar nesta matéria, digo que liderei um órgão executivo que foi a primeira entidade que assumiu esta questão de frente. Por isso penso que tenho legitimidade para falar nesta matéria.

Mas, por isso mesmo e por conhecer o problema com profundidade, se me permitem quero introduzir aqui algumas correcções àquilo que foi afirmado e, em primeiro lugar, no que concerne à temporalidade do problema.



As térmitas nos Açores não são um problema de há três anos, nem de há 6 anos, é um problema que tem muitas e muitas dezenas de anos. Já existe térmitas nos Açores há centenas de anos e, portanto, não é um problema de agora.

Deputado José San-Bento (PS): *Muito bem!*

Deputados Jorge Macedo e Maria José Duarte (PSD): Há milhares de anos.

O Orador: A diferença que aconteceu entre o passado e o presente é que agora há entidades dispostas a assumir a responsabilidade de cooperar com os cidadãos na resolução dos problemas, quando no passado isso não aconteceu. É essa a diferença

Deputado Clélio Meneses (PSD): Isso é demagogia!

O Orador: Há térmitas há muitos anos e até havia frases populares nesse sentido em que as pessoas diziam que mudavam os tectos das casas de 30 em 30 anos ou de 40 em 40 anos. Isto não acontecia por acaso, mas porque algo acontecia para esse efeito.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Há três anos atrás não sabiam que eram térmitas.

O Orador: Primeira questão:

Permita-me corrigir a Sra. Deputada Carla Bretão no que concerne à dimensão do problema, que referiu que 43% do total das habitações em Angra,...

Deputada Carla Bretão (PSD): Das casas visitadas.

O Orador: ... das casas visitadas em Angra tinham térmitas.

Quero-lhe dizer que isso não é verdade, porque o processo de selecção das habitações para serem visitadas já introduziu uma segunda fase na análise do processo.



Deputada Carla Bretão (PSD): Então o estudo mente!

O Orador: Eu conheço muito bem esse estudo que foi financiado, assumido e pago pela Câmara Municipal de Angra, ao contrário de outras Câmaras da Região que recusaram a fazer o mesmo estudo. Isto é verdade. Os senhores vêm falar desta matéria para aqui com ar de grande admiração e, infelizmente, não se conhece a dimensão tão profunda em Ponta Delgada, na Praia da Vitória, como se conhece em Angra, porque essas Câmaras pura e simplesmente, apesar de terem sido solicitadas pela Universidade dos Açores, se recusaram a fazer estudo idêntico. É esta a verdade dos factos, é esta a realidade.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Mas, quero dizer como é que o processo foi feito em Angra.

Deputada Maria José Duarte (PSD): E a Horta?

O Orador: Eu já lhe falo da Horta.

Ao contrário do que o Sr. Deputado se referiu em relação à Horta, o Sr. Presidente da Câmara da Horta não foi a essa reunião, porque não foi solicitado pela Comissão.

O Sr. Presidente da Câmara da Horta é que solicitou participar nesses trabalhos, tendo-me telefonado a mim no sentido de não só participar como se disponibilizar para financiar todos os estudos necessários à inventariação do problema aqui no Faial.

É esta a verdade dos factos, mas não é esta a essência da questão, não é esta a matéria em debate e não é isto que é importante neste momento.

O que é importante dizer é que, ao contrário do que foi referido e não se pode extrapolar aquilo que é errado que é dizer que 43% das casas



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

visitadas têm térmitas, logo 43% das casas do Concelho de Angra, provavelmente, têm térmitas. O processo é errado.

Nós fizemos um prospecto explicativo solicitando às pessoas que elas próprias, através de fotografias, através de uma discussão técnica, fizessem uma primeira inventariação e a primeira análise das suas casas. Isso foi distribuído por 12 mil lares do Concelho de Angra, ou seja, todos os agregados familiares do Concelho de Angra investigaram as suas casas e fizeram o primeiro exercício de detecção das térmitas e solicitou-se apenas a quem achava que tinha detectado térmitas na sua casa, que enviasse um prospecto para se fazer uma segunda inspecção e esse 43% dos casos detectados é referente à segunda inspecção, que representaram um universo pouco significativo no total.

Não estou a dizer que não seja problemático, mas mais importante do que isso, é que a grande conclusão que se tirou desse estudo, é que as térmitas e as casas que estavam afectadas situavam num espaço extremamente concentrado e com características muito específicas, nomeadamente na cidade de Angra.

Não foi detectado qualquer térmita em nenhuma freguesia rural, freguesia fora da cidade.

Segunda questão:

Dentro da própria cidade o grau de concentração situava-se numa linha praticamente ao nível do mar, ou seja, as conclusões a que se chega é que, essencialmente, as térmitas desenvolvem-se em centros urbanos junto ao mar.

Curiosamente na Freguesia de Santa Luzia, que é um caso bem conhecido, a partir de determinado nível da freguesia, porque a freguesia vai subindo, não foi detectado nenhum caso.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Voltou-se a detectar casos nos Biscoitos, que tem um micro-clima com características próprias da baixa da cidade.

Só para fazer uma correcção, a dispersão das térmitas não é propriamente uma situação indiferente da localização das próprias habitações.

Terceira questão que penso que é importante quanto as outras:

O perigo de expansão está condicionado a dois meses do ano onde as térmitas saem da madeira penso que para efeitos, não tenho a certeza, de desenvolvimento da sua espécie, que são os meses de Junho e Julho ou Julho e Agosto. Fora deste período a térmita não sai de dentro da madeira e, conseqüentemente, não tem capacidade de expansão para outras habitações.

Para concluir, o problema das térmitas não é de hoje, não é de ontem, não é de há 20 ou 50 anos, existe já há muitos anos nos Açores.

O único estudo objectivo e prático que foi feito foi no Concelho de Angra e essa situação está essencialmente circunscrita a determinados espaços que têm, esses sim, uma grande dimensão de casos, mas que estão circunscritos a uma determinada área que tem determinadas características.

Mais importante do que discutir estas matérias e introduzi-las a título informativo, foi o facto do Governo Regional dos Açores ter, em Setembro, assumido pela primeira vez na história desta Região a responsabilidade de participar neste processo, ter um grupo de trabalho criado que em Dezembro apresentou as suas conclusões e ter o Governo Regional, na primeira metade do mês de Março, apresentado a legislação que apoia as pessoas singulares e colectivas, que curiosamente são esquecidas na vossa proposta, e criou uma estratégia no sentido de controle do transporte e da destruição da madeira infestada.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

É isto que foi feito numa matéria que durante dezenas e dezenas de anos foi esquecida. Nós em seis meses estudámos e identificámos o problema e aprovámos as medidas concretas à sua solução.

Os senhores podem dizer que seis meses é muito tempo. Para alguns pode ser, mas para quem durante dezenas de anos se esqueceu e andou de costas para este problema, seis meses é muito pouco tempo.

Deputado Lizuarte Machado (PS): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(* **Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu já percebi que esta é mais uma iniciativa para castrar. Não temos qualquer dúvida em relação e isso.

Se as térmitas já existem há centenas de anos em Angra, como é que existe uma família que nunca viu os seus pais, nem os seus avós viverem numa garagem como eles estão a viver? Portanto, alguma coisa de anormal se passa agora que não se passava no passado.

Era só isto.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

Deputado Francisco Coelho (PS): Tiveram brucelose!

Deputado António Ventura (PSD): Não foi brucelose, mas se quiser falar dela e dos seus erros, podemos falar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Vice-Presidente fez agora uma intervenção que começou no tom correcto, mas não foi capaz de evitar o tique de partidarizar estas questões e não foi capaz de evitar dizer ou querer dizer que quem melhor enfrentou,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

nos seus territórios, digamos assim, o problema das térmitas, foram as Câmaras do PS. O senhor disse isso.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não fui eu que me recusei financiar este estudo em 91.

O Orador: Só para sua informação e porque é que levantou este problema, posso informá-lo que, no dia 25 de Novembro de 2003, os vereadores do PSD na Câmara Municipal da Horta apresentaram uma proposta que num dos seus pontos dizia o seguinte: “que a Câmara Municipal da Horta reivindique a sua participação no grupo de estudo constituído pelo Governo Regional para este efeito e nele participe activamente”.

Esta proposta foi aprovada e o Sr. Presidente da Câmara absteve-se.

Deputado Mark Marques (PSD): E depois telefonou no dia seguinte.

O Orador: Exactamente, telefonou no dia seguinte.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

(*) Deputada Carla Bretão (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Das declarações do Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência, eu gostava de fazer algumas notas.

Relativamente à formação que foi dada, é verdade que ela existiu. No entanto, ainda outro dia, num programa feito pela RTP/Açores sobre esta matéria, o Sr. Paulo Borges referiu que essa formação não era suficiente para que os técnicos pudessem dar o seu contributo da melhor maneira na avaliação do caso, tanto de segurança como de infestação de térmitas.

A outra questão é relativamente ao manual de procedimentos e gostaria de saber quando é que ele vai surgir ou daqui a quanto tempo é que vamos ter esse manual de procedimentos.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Em relação aos apoios financeiros o senhor disse que o decreto regional contemplava uma diversidade de medidas de combate. Eu não me parece que assim seja e sabe porquê? Porque se assim fosse não tinha perdido a oportunidade de o apresentar à comunicação social. Não acredito nisso,...

Deputado Jorge Macedo e Maria José Duarte (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

A Oradora: ... porque perante uma matéria tão complexa, tão gravosa e que os cidadãos anseiam uma resposta, iriam anunciar apenas que tinham apoios financeiros e não anunciavam mais nenhuma medidas? Não acredito.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

A Oradora: Relativamente ao contributo que nós estamos a tentar dar aqui, que o Grupo Parlamentar do PSD se empenhou, investigou e leu muita coisa sobre isso, - Sr. Vice-Presidente, não é só o senhor que sabe da matéria - temos tido reuniões com os cidadãos afectados e esta Proposta de Resolução que surge hoje aqui não é apenas nossa, tem o contributo desses cidadãos, desses moradores afectados que andam muito aflitos e um pouco à deriva sem saberem o que hão-de fazer.

Mais uma nota ainda em relação aos apoios financeiros.

Surgem agora os apoios financeiros, segundo anúncio de há dois dias atrás, mas a verdade é que em Angra já muitas casas substituíram madeiras, e já até saíram algumas fotografias dessas casas na comunicação social, e está mais que diagnosticado que o problema dessas casas são as térmitas. As pessoas, por segurança do edifício, fizeram a reparação necessária e o Gabinete da Zona Classificada está agora a dar apoios ao abrigo da valorização do património. Como é que isso pode ser? Que falta de responsabilidade é esta?



Dá-se apoios sem se acautelar mais nenhuma das situações que eu ainda há pouco referi.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Criticava porque não havia apoios, agora é porque há apoios!

A Oradora: Não, eu não estou contra os apoios. Eu apenas acho que deve haver outro tipo de medidas de fundo que acompanhem esses apoios. É lógico que tem que haver apoios, agora tem que haver outras medidas e não é só dar apoios sem regras. É apenas isso.

Em relação a algumas considerações que o Sr. Vice-Presidente fez, e já que ele gosta muito de gráficos, eu vou-lhe mostrar aqui a dispersão das térmitas na cidade de Angra, que não está circunscrita ao recinto urbano de Angra, mas abrange muitas das freguesias de Angra.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Quais são?

A Oradora: Conceição, S. Bartolomeu, S. Mateus, S. Pedro, S. Bento, Sé, Santa Luzia.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Mostre o outro gráfico.

A Oradora: Nós sabemos, e de acordo com os estudos que foram feitos, que a térmita se desenvolve segundo determinadas condições de humidade e por isso começam pelo tecto, vão descendo pelos tabiques, etc, etc, etc.

Já sabemos isso tudo, mas independentemente disso não quer dizer que a situação não seja grave e o estudo diz, logo no seu sumário introdutório, que cerca de 43% das habitações do Centro Histórico de Angra do Heroísmo estão afectadas e destas praticamente 50% possuem infestação severo, nível D ou destruição, nível E. Por isso vai contra aquilo que o Senhor há pouco referiu quando disse que não era 43%. O estudo diz claramente e não há como debater essa situação.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): São 43%. Sra. Deputada, o estudo é da Câmara Municipal de Angra.

A Oradora: Relativamente à nossa Proposta de Resolução, os senhores deviam ter um pouco mais de bom senso, porque o que nós queremos aqui é o melhor para a Região e não está aqui em causa ser o partido A ou o partido B, está em causa tomarmos uma atitude pró-activa relativamente a este problema e os cidadãos que ajudaram na feitura desta Proposta de Resolução, tanto são do PS como do PSD, como do PP. Nós não tivemos qualquer interesse sequer em saber em quem eles votavam, como é lógico. Obrigada.

(Aplausos da bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência. Agradecia que fosse breve.

(*) Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação a algumas das intervenções que tivemos oportunidade de ouvir da parte do Grupo Parlamentar do PSD e da parte do Grupo Parlamentar do PP, da Representação Parlamentar do PP, peço desculpa...

Deputado Alvarino Pinheiro (*PP*): Pode dizer à vontade! Nós elegemos dois.

O Orador: Mas perderam um pelo caminho!

Parece-me que das intervenções que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o Governo já fizeram a este propósito, há a preocupação de todos em relação a este problema.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

O primeiro aspecto que eu gostaria de salientar é que não estamos propriamente numa situação em que o Governo possa ser acusado de não estar a tratar desta situação.

Eu estou a fazer esta intervenção nestes termos e nestes moldes, porque efectivamente me parece que, para além da Sra. Deputada merecer toda a consideração como, aliás, todos os Srs. Deputados, esta é a melhor forma de tratar deste assunto.

Há uma diferença de fundo e a razão pela qual a Proposta de Resolução do PSD, na opinião do Governo Regional, deve ser rejeitada, não tem a ver com a proposta ser do PSD, não tem a ver com o proposto do que quer que seja; tem a ver com o facto de propor determinadas medidas com as quais o Governo não concorda,...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Quais são as que concorda?

Deputado António Ventura (PSD): Então o Governo não concorda com o controlo fitossanitário?!

O Orador: ... porque não é forma, na perspectiva do Governo, de se resolver o problema.

Os senhores querem arrastar esta questão para uma discussão partidária, muito bem. Nós vamos por esse caminho e vamos ver o que é que isto dá.

O Governo acha que a criação de um gabinete de combate às térmitas e o grande contributo que esse gabinete vai trazer para matar as térmitas, é: “permitir gerir e coordenar todas as acções que sejam necessárias implementar para o eficaz combate, controle e prevenção desta calamidade”. O que isto diz é nada. Não é esta a forma como se resolve o problema.

Depois diz: “que o gabinete a criar esteja em permanente articulação com as Câmaras Municipais, fornecendo-lhes o apoio técnico e bem assim todas



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

as instruções de actuação necessárias para que estas possam orientar e apoiar os cidadãos de forma a permitir uma acção concertada entre organismos públicos e privados”.

As Câmaras a primeira coisa que têm que fazer é cumprir com a sua obrigação, como a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo fez e para isso não é necessário nenhum gabinete. Têm é que ler a lei, ver aquilo que devem fazer e cumprir.

É lamentável o facto de haver Câmaras que não cumprem, independentemente de serem do PSD ou do PS.

Os senhores partiram para esta discussão com uma ideia feita e que foi, nós vamos salvar os Açores das térmitas e o Governo Regional agora, com a Proposta de Resolução do PSD, é que vai acordar para o problema das térmitas.

À explicação do Governo Regional, que tentou ser o mais clara e o mais concreta possível, o que é que os Srs. Deputados responderam?

Afinal, já não se discutia que o Governo não dava formação, mas que a formação não era suficiente.

Afinal já não se discutia que o Governo já não tinha feito mais nada, já se queria saber era quando é que o manual de procedimento ia estar pronto.

Afinal já não se discutia que a questão dos apoios financeiros possa ser importante.

Não se acredita num juízo de valor que me parece sobremaneira precipitado, Sra. Deputada, porque o pérfido, o maléfico do Governo move-se nesta matéria com tal perfídia que deveria ter anunciado, deveria ter feito e se não fez é porque não existe.

O facto da Zona Classificada de Angra atribuir apoios também merece levar pancadaria por causa disso, porque não deveria atribuir nenhuns



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

apoios. Então os senhores têm o trabalho de fazer uma Proposta de Resolução e apresentá-la aqui quando o Governo, através da Zona Classificada de Angra, está a atribuir apoios! Isto é uma pouca vergonha do Governo!

Ó Srs. Deputados, o Governo já está a actuar nesta matéria,

Deputada Carla Bretão (PSD): Há quanto tempo é que está a fazer isso?

O Orador: A senhora leia os jornais e vá ver quais são as notícias que saíram em relação à actuação do Governo Regional.

Deputado Carla Bretão (PSD): Eu leio tudo e tenho aqui toda a documentação.

O Orador: Para além da explicação que eu dei a esta Câmara, em nome do Governo, das medidas que o Governo Regional tem desenvolvido sobre esta matéria, elas foram públicas, quer as acções de formação, quer um conjunto de outras questões que demonstram o interesse do Governo Regional sobre esta questão.

Vozes da bancada do PSD: Quais?

Deputada Carla Bretão (PSD): Não tomou nenhuma medida concreta. São medidas avulsas.

O Orador: Para concluir o debate, da parte do Governo Regional, devo dizer que já foi aprovado em Conselho do Governo um diploma, que será presente a esta Assembleia, em que a questão dos apoios financeiros constitui um elemento dentro da estratégia que, de acordo com o grupo de missão, deve ser seguida em relação a esta matéria.

Existem outras intervenções, como acabei de referir, nomeadamente da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas e da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Portanto, para isso não é necessário criar um gabinete, porque ao fazê-lo estamos a colocar mais uma peça na engrenagem, para depois andar do gabinete para o Governo, do Governo para o gabinete, do gabinete para as Câmaras e das Câmaras para o gabinete. Isso não é preciso. O que é necessário é utilizarmos os recursos que temos, que podem ser otimizados sem a criação dum gabinete.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Isso é péssimo!

O Orador: É apenas isto que o Governo tem a dizer em relação a esta matéria, sem prejuízo de outros esclarecimentos que necessitem de ser prestados.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não é por ser a esta hora da noite, não é seguramente pela vontade do PS, não será seguramente pelos profundos conhecimentos anunciados pelo Sr. Deputado Lizuarte Machado, que esta Proposta de Resolução perde dignidade. Não é por nenhuma destas circunstâncias e é lamentável que o PSD seja acusado sistematicamente de não ter ideias, não contribuir para o futuro dos Açores, não ter propostas, quando mais uma vez apresenta uma proposta...

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): E nós discordamos.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

O Orador: ... e a resposta do PS é sempre a mesma, é contra, porque é uma proposta do PSD.

Mais uma vez a contradição é imensa e vem pôr-se em causa a criação de um gabinete quando o próprio Governo Regional criou um gabinete para a reconstrução das habitações afectadas pelos sismo de 1998, por exemplo, e com a criação desse gabinete não levou as pessoas a correrem de um lado para o outro. É uma estrutura criada com autonomia, de acordo com a orgânica que o Governo entender, porque é uma responsabilidade própria do Governo, mas uma estrutura que é um contributo para facilitar a resolução do problema e não um impecilho, porque não é essa a nossa preocupação.

O PSD apresentou aqui uma proposta séria, evidenciando com clareza e com precisão a dimensão do problema, há quanto tempo ele está identificado, apresentando soluções concretas e pondo a nu que durante todo este tempo o Governo Regional não tomou nenhuma medida específica e eficaz para o resolver.

Infelizmente, terminamos este longo dia de trabalho, este período legislativo e mais uma vez a marca é do voto contra, o voto contra do Partido Socialista. Mais uma vez é a subserviência dos 31 deputados do PS à governamentalização que o Governo quer impor.

Mais uma vez o argumento é este: não temos vontade de votar a favor. O Governo é de opinião que está contra esta Proposta de Resolução e da parte do Grupo Parlamentar do PS o que assistimos foi a uma única intervenção, demonstrando, ironicamente, assume-se que tivesse sido, um profundo conhecimento da situação e o que se assiste é que os 31 deputados do PS, porque não é o Governo que vai votar, vão votar contra sem saberem porquê, porque não foi apresentado nenhum. Isto é que é a verdade.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista não foi apresentado nenhum argumento para votar contra esta proposta.

Da parte do Grupo Parlamentar do PSD foi suscitado que os senhores dissessem quais eram as medidas e a resposta foi o silêncio absoluto.

Deputado Jorge Macedo (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Por isso são medidas concretas que o PSD propõe para resolver o problema das térmitas nos Açores, que o Governo teve oportunidade durante 3 anos, porque o problema é conhecido há 6 anos Açores, em termos públicos, mas não tomou nenhuma medida.

Deputado Paulo Messias (PS): Há 20 anos!

O Orador: Sr. Deputado, presumo que, pelo adiantado da hora, não está atento ao debate.

O que foi dito foi que o problema é conhecido há 6 anos e em termos de entidades públicas há 3 anos que o conhecem.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Isso não é verdade. Isso é mentira.

O Orador: O que eu devo dizer é que o PSD recomenda que sejam tomadas medidas concretas e o PS vota contra sem argumentos válidos para o efeito, como já vimos. O que se sente é que o PSD está ao lado da preocupação de muitos açorianos que fizeram chegar essa preocupação ao PSD e o PS está contra o PSD. Que triste e grande motivação para o partido do poder votar pura e simplesmente porque está contra a iniciativa do PSD.

Deputado Paulo Messias (PS): A vossa proposta era essa?!

O Orador: Não é esse o nosso caminho e o que está certo é que os senhores votando contra esta proposta não estão só a votar contra o PSD, não estão, mais uma vez, a diminuir o PSD, estão a votar contra todos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

aqueles cidadãos, sem filiação partidária, sem saber qual é o partido, que contribuíram, que solicitaram, que diariamente suscitaram a nossa participação e que também eles estão espelhados nesta proposta.

É esse o vosso contributo, é esse o encargo e é isso que as pessoas lá fora ficam a saber da vossa postura de estar sempre e sempre motivados por ser contra o PSD.

Vale ganhar eleições e ter maiorias para ter como única motivação na sua acção estar contra as minorias.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) Deputado Francisco Coelho (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Efectivamente já ultrapassamos a hora pré-determinada em que a “Cinderela” corre sérios riscos de se transformar em “Gata Borralheira”.

Deputado Mark Marques (PSD): Acho que já se transformou!

O Orador: Antes que isso aconteça, não posso deixar de dizer alguma coisa ao Sr. Deputado Clélio Meneses, mesmo com o adiantado da hora.

Sr. Deputado Clélio Meneses, preocupe-se, conforme julgo ser seu dever, por aquilo que é, pelo menos, público, em gerir a bancada do PSD.

A bancada do Partido Socialista é gerida de acordo com a sua vontade democrática, que está unida de livre vontade com o seu Governo e faz consenso sem nenhum problema, como se verá a nível do sistema eleitoral, por exemplo, com quem mostra vontade política, construtiva de dialogar e sensatez nas suas propostas.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Nesta matéria, como em muitas outras matérias, o Partido Socialista não terá qualquer problema em ceder, em reconhecer a razão dos outros, em aceitar propostas construtivas, mas há uma coisa também que é evidente, e com pena o digo, é que o assunto, por aquilo que resultou deste debate, que está aqui em cima da mesa, embora seja qualitativamente grave e mereça a atenção, como tem merecido por parte dos órgãos de governo próprio da Região, e por aquilo que aqui foi dito, talvez não tenha, felizmente, a dimensão quantitativa que aqui foi insinuada.

Também é preciso dizer com muita clareza que o que resultou deste debate, para além de boas intenções, é que a Proposta de Resolução do PSD, infelizmente, é um saco cheio de nada e nós não estamos aqui, sinceramente, para estar a encher esse saco quando ele não trouxe nada de construtivo.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Deputado Mark Marques (PSD): O que vale é que ele fala pouca vez.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

(*) Deputada Carla Bretão (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu não quero alongar mais esta discussão, porque já percebemos qual é o intuito da bancada do Partido Socialista e dos Srs. Membros do Governo, mas gostava apenas de deixar aqui uma nota final relativamente a algumas questões que o Sr. Vice-Presidente do Governo levantou, referindo que eu me contradizia ou deixava de contradizer.

Eu acho que até este momento houve apenas medidas avulsas e nada mais.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Relativamente às Câmaras Municipais terem que fazer ou não o seu papel, a Câmara Municipal de Angra, aquando do aparecimento ou, pelo menos, da identificação de que realmente existiam térmitas na cidade de Angra do Heroísmo, o que fez foi encomendar o estudo e acho que fez muito bem, mas depois anunciou medidas que nunca apareceram. Prometeu aos moradores que ia haver um gabinete de apoio, que ia haver um lugar para queima de madeiras e que se ia tratar do transporte. Esse anúncio foi feito o ano passado, mas isso nunca aconteceu.

Eu tenho aqui declarações do então Presidente da Câmara Municipal de Angra, actual Vice-Presidente do Governo, e não é pela mudança de cargos que as responsabilidades e as preocupações se esquecem, muito pelo contrário, tem responsabilidades acrescidas e devia ter tomado logo, como energicamente tomou, na altura, o assunto nas suas mãos.

Relativamente ao saco cheio de nada que o Sr. Deputado Francisco Coelho referiu, eu só tenho a dizer que se a nossa proposta é realmente um saco cheio de nada, então a linha de orientação e de actuação que o grupo de missão tenha apresentado, talvez, também seja um saco cheio de nada,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): *Muito bem!*

A Oradora: ... porque, segundo as declarações do coordenador do Laboratório Regional de Engenharia Civil, que também era o coordenador do grupo de missão, uma das medidas apontadas, muito ao de leve numas linhas de jornal, era realmente um gabinete coordenador. Por isso não sei onde é que foram buscar essa outra linha de actuação que agora vão implementar.

Também posso referir que há 50 anos atrás na ilha da Madeira aconteceu o mesmo e eles tiveram o mesmo problema com térmitas da mesma espécie.



Deputado Gaspar Lima (PS): Afinal já havia térmitas há centenas de anos. As térmitas, minha senhora, vêm do tempo do povoamento.

A Oradora: Calma. Não vamos tentar baralhar o que não tem interesse.

A verdade é que há 50 anos atrás a Madeira identificou o problema e hoje não se sabe de nenhum caso de alarme naquela ilha.

Na altura tudo foi tratado com a celeridade que era necessária e o relatório que foi solicitado ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil, foi apresentado em três meses. Eu tenho aqui o relatório que data de 1953.

A espécie era a mesma, os problemas eram os mesmos e a actuação foi rápida e eficaz e as recomendações que há 50 anos atrás apresentaram, surtiram muito efeito e vão de encontro àquelas que achamos que devem ser implementadas e só num aspecto é que o não poderão ser, porque na altura utilizava-se produtos que hoje em dia são tóxicos.

A verdade é que nós andamos nisto há três anos e eles em cerca de 3 ou 4 meses diagnosticaram e tomaram medidas de prevenção, de combate e de controle.

Hoje em dia não há...

Deputada Fernanda Mendes (PS): Não há térmitas?

A Oradora: Há térmitas, não há é notícia de situação de alarme.

Sra. Deputada, segundo especialistas, a praga nos Açores nunca poderá ser erradicada. Tem é que haver um combate e prevenção. Então não se faz nada! Oxalá que a sua casa não lhe caia em cima.

Era apenas isto que eu queria deixar aqui e gostava que olhassem para esta situação com a seriedade que ela merece.

Obrigada.

Presidente: Srs. Deputados, não havendo mais inscrições para intervir neste debate, vamos votar esta Proposta de Resolução.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Resolução foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 16 votos a favor do PSD e 1 voto a favor do CDS/PP.